

Cabral manifesta apreensões

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, vê com apreensão a recente manifestação do presidente Sarney a respeito das atividades da Constituinte. Teme que desse confronto possa nascer uma crise política que resulte em risco para as próprias instituições democráticas. Acha que o presidente Sarney foi mal assessorado ao condenar a decisão tomada pelos constituintes aprovando emenda que impede a prisão de qualquer acusado, sem ordem judicial ou prova de flagrante delito. Lembra que tem sido progressiva a perda por parte do Governo de apoio político não só no Congresso como na Constituinte. Faz a ressalva de que Sarney é um temperamento ameno e de fácil convivência, mas não atina com as causas que levaram o Presidente da República a afastar-se de alguns políticos que com ele conviviam até recentemente, como é o caso do senador paranaense José Richa.

Conta que às vésperas do Carnaval o deputado Ulysses Guimarães, naquele seu estilo muito próprio e peculiar, aproximou-se dele para saber como estava vendo o problema da duração do mandato de Sarney na Constituinte. Respondeu-lhe que a tendência hoje dominante na Constituinte é francamente favorável aos quatro anos. É da opinião de que se forem aprovados os quatro anos, como tudo faz crer, o presidencialismo tem melhores chances do que o parlamentarismo. Se der os cinco anos será mais provável a adoção do parlamentarismo. Mas não exclui totalmente a possibilidade do parlamentarismo com quatro anos de mandato para Sarney.

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte lamenta o isolamento político a que foi relegado o presidente Sarney. Nas críticas dirigidas pelo presidente da República ao texto constitucional em elaboração identifica uma campanha dirigida con-

tra a Constituinte. Faz-se necessário, segundo seu entendimento, que a Constituinte se defenda das ameaças que pesam contra seu funcionamento, promovendo acordos em torno dos seus aspectos polêmicos. Por essa razão passou os dias de Carnaval em Brasília, isolado em seu gabinete particular, tentando preparar diversos textos que sirvam de ponto de partida para uma negociação em torno da estabilidade no emprego, a ser fixada pela Constituinte. Vai submeter esses textos ao exame das lideranças partidárias, acreditando ser possível chegar a um entendimento.

Acordo, hipótese remota

O deputado gaúcho Nelson Jobim, do PMDB do Rio Grande do Sul, revela-se pouco confiante na possibilidade de um acordo na Constituinte em torno da estabilidade no emprego, em virtude das posições intransigentes assumidas, de um lado, pelos sindicatos que defendem o emprego, e, de outro, pelos patrões, que advogam uma fórmula que lhes permita dispensar o empregado, sempre que isso se tornar conveniente à empresa, embora ressalvado o direito à indenização progressiva. Como um dos relatores adjuntos da Comissão de Sistematização é a favor de texto ali aprovado que remete à lei ordinária a regulamentação final da matéria, embora impedindo que se consuma a chamada demissão imotivada. De acordo com seu julgamento, não faz sentido estabelecer na Constituição regras definitivas sobre estabilidade no emprego, uma vez que se trata de assunto sujeito a variações no decorrer do tempo.

O deputado Nelson Jobim lamenta as recentes declarações do presidente Sarney sobre emenda aprovada pela Constituinte, impedindo a prisão sem ordem judicial ou prova de flagrante delito. Para Nelson Jobim, o presidente Sarney, ao falar sobre o assunto,

sem conhecimento de causa, deve ter se valido da opiniões de militares, os quais estão apreensivos com os termos da emenda aprovada pela Constituinte, porque ela impede a aplicação nos quartéis dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas. Previne Jobim no entanto, que na segunda rodada de votação na Constituinte o texto em questão deve ser corrigido para fazer uma ressalva quanto aos militares. No mais, acha que é irretocável o princípio estabelecido a respeito do assunto pela Constituinte.

Sair, mas em grupo

Parlamentares de esquerda do PMDB, que se revelam inconformados com os rumos imprimidos até aqui às atividades do partido, não demonstram disposição de abandonar a legenda sozinhos. Alegam que se assim procedessem poderiam caracterizar o futuro partido no qual se engajassem como uma legenda exclusivamente de esquerda, o que limitaria bastante o seu campo de influência. Os parlamentares em questão acham que devem sair do PMDB, com um grupo político de certo modo homogêneo, mas que não seja caracterizado como uma facção radical de esquerda, o que poderia, pela sua limitação, inviabilizá-lo nas urnas.

Rivalidade gaúcha

Encontrando-se casualmente com Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, o seu colega Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, perguntou-lhe, em tom de ironia:

— Por que vocês na CPI do Senado sobre corrupção não convocam seu relator para ali depor?

— Em briga de gaúchos eu não entro — cortou rápido o senador Fernando Henrique Cardoso.

O relator da CPI, referido por Ibsen Pinheiro, é o seu rival político Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado.